

Nota Sobre Efeitos da Opção Entre Diversos Índices para Deflacionamento de Valores Nominais*

Helmut Schwarzer**

A escolha de determinado índice de inflação e não de outro para deflacionar uma série histórica de valores monetários pode gerar resultados diametralmente diferentes. Um exemplo de como esse fato, conhecido de macroeconomistas, também afeta a análise de políticas sociais apresenta-se nos dados da tabela abaixo para o caso do valor dos benefícios emitidos pelo INSS.

Na tabela 1 demonstra-se que, ao transformar os dados correntes de 1998 a 2000, fornecidos pelo MPAS/INSS, para valores cons-

tantes (no caso, reais de dezembro de 1999), os resultados da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) geram uma série aparentemente oposta aos resultados da correção pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV). Enquanto os resultados da aplicação do INPC configuram uma série de valores fortemente ascendentes de gasto em benefícios, os dados corrigidos pelo IGP-DI contam uma história inversa, ou seja, de que o INSS estaria diminuindo os seus gastos reais ao longo dos últimos três anos.

**BRASIL: VALOR TOTAL DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS
TABELA 1 PELO INSS, 1998/2000 (R\$ DEZ. 1999)**

	1998	1999	2000
CORREÇÃO PELO INPC:			
TOTAL	53 146 485 039	61 719 943 980	73 329 485 289
PREVIDENCIÁRIOS	48 806 644 612	56 614 558 799	67 156 299 107
ACIDENTÁRIOS	1 659 571 457	1 916 702 740	2 241 614 629
ASSISTENCIAIS	2 680 268 969	3 188 682 441	3 931 571 553
CORREÇÃO PELO IGP-DI:			
TOTAL	64 944 622 140	64 153 479 288	63 182 165 033
PREVIDENCIÁRIOS	59 642 921 995	58 824 193 927	57 849 702 022
ACIDENTÁRIOS	2 028 036 911	1 992 135 650	1 931 392 896
ASSISTENCIAIS	3 273 663 235	3 337 149 711	3 401 070 115

Fonte dados brutos: MPAS/SPS.

A explicação desse paradoxo reside na trajetória diferenciada que os índices apresentaram em anos recentes. Conforme o gráfico 1, até o lançamento do Plano Real,

em junho de 1994, a trajetória de ambos os índices era quase superposta, parcialmente em função da elevada indexação da economia brasileira, bem como das altas taxas de inflação, que diminuem a escala do gráfico para o período anterior à estabilização e diluem as diferenças residuais dos indicadores de preços. Com o Plano

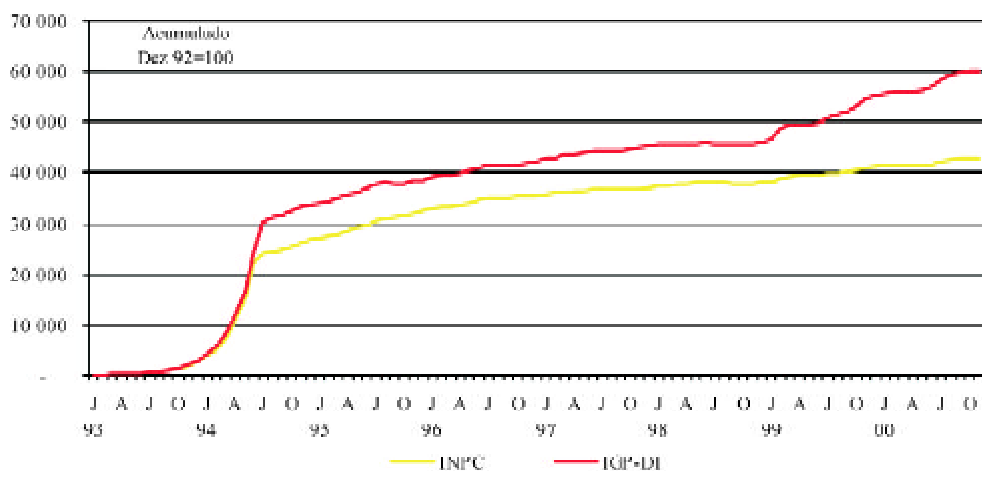
* Agradeço comentários dos colegas Sergei Soares e Leandro Magnusson a versão preliminar destas notas.

** Técnico da Diretoria de Estudos Sociais.

Real, entre junho de 1994 até o momento da desvalorização cambial de janeiro de 1999, criou-se um diferencial entre ambos os indicadores, em que o IGP incorporou algumas oscilações de preços de 1994, associadas à introdução do Plano Real, que não

foram captadas pelo INPC. Ao longo desse período, a diferença entre os indicadores permaneceu razoavelmente constante e as suas oscilações deram-se quase sempre na mesma direção e com intensidades aproximadamente semelhantes.

GRÁFICO 1 TRAJETÓRIAS DO INPC E IGP-DI, 1993/2000



Fonte dos dados brutos: FGV e IBGE.

A partir da desvalorização cambial de janeiro de 1999, o diferencial entre ambos os indicadores se abre e novamente o IGP registra diversas variações de preços não incorporadas pelo INPC. O motivo de os indicadores

apresentarem comportamentos bastante diferenciados consiste no fato de que suas definições conceituais, ou seja, “as inflações” que ambos medem, são profundamente diferentes, conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DOS ÍNDICES DE PREÇOS INPC E IGP

	INPC (IBGE)	IGP (FGV)	IPC (FGV)	IPA (FGV)	INCC (FGV)
NOME	ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS	ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR	ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO	ÍNDICE NACIONAL DE CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
UNIVERSO COBERTO	POPULAÇÃO URBANA, FAMÍLIAS CUJO CHEFE É ASSALARIADO	MÉDIA PONDERADA DO IPA (60%), IPC (30%) E INCC (10%)	POPULAÇÃO URBANA	PREÇOS DO COMÉRCIO ATACADISTA	PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS E MÃO-DE-OBRA
COBERTURA GEOGRÁFICA	9 REGIÕES METROPOLITANAS MAIS BRASÍLIA E GOIÂNIA	-	SOMENTE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO	TODAS AS CAPITALS ESTADUAIS DO BRASIL	20 CAPITALS ESTADUAIS DO BRASIL
FAIXA DE RENDA COBERTA	RENDA DE 1 A 8 SALÁRIOS MÍNIMOS	-	RENDA DE 1 A 33 SALÁRIOS MÍNIMOS	-	-

Fonte: IBGE e FGV.

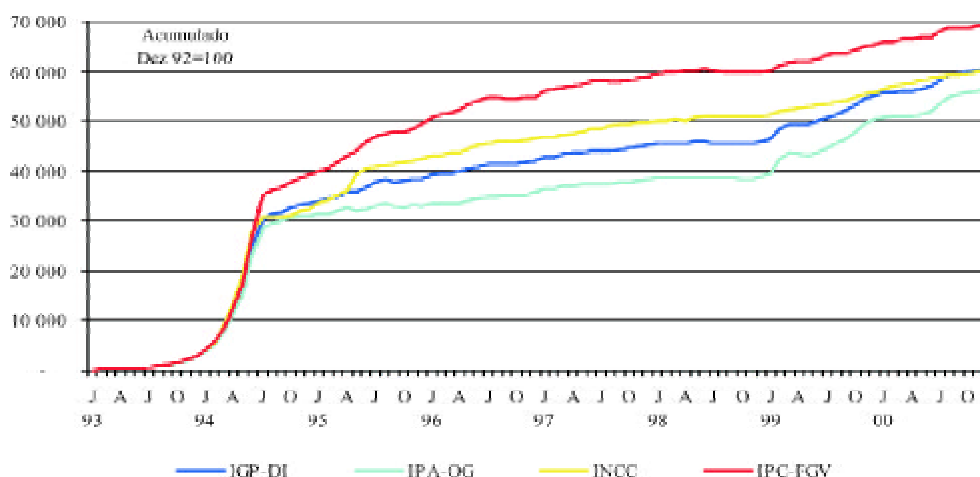
O INPC é um indicador destinado a medir a inflação média da cesta de consumo (bens finais) de uma família urbana, com chefe assalariado e rendimento de 1 a 8 salários mínimos, residente em uma das nove regiões metropolitanas brasileiras, mais Brasília e Goiânia. O IGP, por sua vez, é um índice ponderado, composto pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Índice de Preços no Atacado (IPA) e Índice Nacional dos Custos da Construção Civil (INCC), todos apurados pela Fundação Getúlio Vargas. A abrangência geográfica desses três índices, o universo de variações de preços cobertos e a faixa de renda da população analisada do IPC (1 a 33 salários mínimos) são substancialmente diversos dos conceitos empregados na construção do indicador INPC. Ressalte-se que o IGP é muito influenciado pelos preços no atacado (IPA, com 60% de peso). Também a construção civil (INCC, com 10% de participação no IGP) influencia as variações do IGP.

Por ocasião do Plano Real houve diversas alterações de preços relativos da economia. De um lado, como é conhecido, a estabilidade dos preços ao consumidor, objetivo do plano, manteve-se em função da âncora cambial e do maior espaço para im-

portações de bens de consumo finais (tradables). No entanto, vários preços no atacado e preços de bens non tradables, como alguns serviços e imóveis (com impacto no INCC), mudaram de patamar sem que fossem paralelamente captados pelos índices de preços ao consumidor.

Com a desvalorização cambial, em janeiro de 1999, diversos produtos intermediários importados e bens nacionais dependentes de insumos estrangeiros foram impactados, afetado sobretudo o nível de preços no atacado. O nível de preços no varejo foi influenciado em alguns setores na medida em que nestes ocorreu o fenômeno do pass-through da variação cambial aos preços de bens finais. No entanto, nem sempre aconteceu esse repasse e as empresas desses segmentos não mantiveram suas margens de lucro constantes. A possibilidade de recomposição do mark-up e do repasse de custos teve como obstáculo adicional a contenção da demanda agregada, dada a contração da massa salarial real ocorrida ao longo de 1999 e 2000. Principalmente no segmento de bens de consumo finais destinados a assalariados de baixa renda, abrangidos pelo INPC, esse repasse de custos foi dificultado.

GRÁFICO 2 TRAJETÓRIAS DO IGP-DI E DE SEUS COMPONENTES, 1993/2000



Fonte dos dados brutos: FGV e IBGE.

A diferença de resultados da utilização do IGP ou INPC para a atualização de valores monetários do período reflete esses movimentos de preços relativos. Além dos preços relativos, outro fator de grande influência no descolamento do patamar do IGP-DI em relação ao INPC foi, conforme o gráfico 2, a evolução do Índice de Preços ao Consumidor da FGV, restrito às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo – cidades “globais” e mais internacionalizadas –, que aponta para uma forte alta do custo de vida da classe média a partir da abertura econômica com estabilização monetária dos anos 1990.

Aplicando a discussão à Previdência Social, o emprego do INPC, indicador atualmente utilizado pelo MPAS/INSS para gerar valores constantes, faz sentido quando da avaliação do poder de compra dos benefícios individuais pagos – dado que o INPC mede a variação de preços da cesta de consumo do assalariado nacional de renda até 8 salários-mínimos, o que é, aproximadamente, o leque de valores dos benefícios do INSS. Por outro lado, pode-se argumentar que valores atualizados por algum

índice mais amplo de preços, como o IGP ou mesmo o deflator implícito do PIB, podem dar uma idéia mais precisa do custo que a Previdência Social possui para a sociedade e a economia na medida em que as contribuições sociais e impostos que financiam a previdência incidem sobre todos os setores e não apenas sobre os produtores de bens de consumo final.

De forma mais abstrata: comparando-se as séries deflacionadas pelo IGP e pelo INPC, a atual constelação sugere que o mecanismo previdenciário hoje esteja transferindo renda de um segmento da economia (por meio de impostos e contribuições), cuja cesta de bens transacionados apresentou uma taxa de inflação maior ao longo dos últimos anos e no qual, em termos de poder de compra, a moeda nacional possui valor real menor, para um setor de consumidores finais de uma faixa de renda, cujo universo de consumo tem apresentado inflação menor e no qual o poder de compra dos benefícios previdenciários tem sido crescente ao longo dos últimos anos, conforme medido pelo INPC.